

Episódio 10: “Neo-imperialismos e informação”

[mix de ruídos introdutórios]

Luís Pinto [apresentador]: Estados do Tempo. Porque a qualidade da informação sobre neoimperialismos é um bem de primeira necessidade.

[música]

Luís Pinto: Bem-vindas e bem-vindos ao décimo episódio do Estados do Tempo, uma parceria entre o Barómetro para a Qualidade da Informação e o Communitas. O tema de hoje é o tratamento noticioso dos neoimperialismos. Temos connosco Sandra Fernandes.

Sandra Fernandes [convidada]: Nós estamos perante um falhanço. Falhou a transição do pós-Guerra Fria, ou seja, 1989-1991, que deram lugar a um mundo em que, supostamente, vingou um modelo, que é o modelo liberal em todas as suas dimensões... Esse mundo é que falhou.

Luís Pinto: Do outro lado, a conduzir a conversa, está Luís Santos.

Luís Santos [moderador]: O cidadão comum, que já tem uma relação distante com a tecnologia, não é? A maioria, diria, quase todos os portugueses têm um telefone móvel, mas ninguém sabe realmente, eu te falo por mim, como é que aquilo, de facto, funciona. Nós temos uma relação, nós usamos a tecnologia, mas temos uma relação distante com como é que ela funciona.

Luís Pinto: Sandra Fernandes é pró-reitora para a Cooperação Internacional da Universidade do Minho e professora associada com agregação no Departamento de Ciência Política da mesma universidade. Desenvolve investigação centrada nas dinâmicas geopolíticas europeias, segurança internacional, multilateralismo e relações União Europeia-Rússia, com uma especialização consolidada na ação externa e política internacional de Portugal, particularmente no contexto europeu e atlântico.

Luís Santos é professor associado de Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho, e diretora de junto do Centro de Estudos de Comunicação em Sociedade. Investiga em áreas relacionadas com a transição dos média para ambientes digitais. Foi jornalista durante 10 anos, tendo trabalhado no Jornal de Notícias, Rádio Press, TSF, Diário de Notícias, TVI e BBC World Service.

Luís Santos: Neste podcast, vamos discutir o tema novos imperialismos e qualidade da informação. E connosco temos a professora Sandra Fernandes. Bem-vinda.

Sandra Fernandes: Muito obrigada, Luís.

Luís Santos: A primeira pergunta que eu faço é uma pergunta genérica, pensando neste tema novos imperialismos. O que é que aconteceu à situação geoestratégica, ao equilíbrio das forças no mundo nos últimos tempos, que cria em quase toda a gente uma ansiedade permanente?

Sandra Fernandes: Grande questão, e que, de facto, hoje atravessa as nossas vidas, em casa, na política, nos grandes temas da sociedade. O que é que aconteceu? Aconteceu uma transição que se confirmou, ou seja, o mundo ao qual estávamos habituados, em termos de quem eram os grandes jogadores, as áreas influentes, as grandes agendas, em que é que era possível cooperar e em que era mais difícil cooperar... Tudo isso ficou virado ao avesso e, neste novo mundo no qual temos que navegar, literalmente, é tudo mais fluido. Ou seja, é cada vez mais difícil perceber, por exemplo, quem são os nossos amigos, com quem podemos partilhar destinos comuns e construir um futuro comum, e quem, na verdade, dificulta essa construção. E isso atravessa tudo. Não são só as questões de guerra e paz, é o planeta em que vivemos, o ambiente, são os direitos humanos, é toda uma ideia de progresso social que, hoje, é posta em causa precisamente por essa transição que faz com que aquilo que achávamos algo de edificado, - por exemplo, o processo de construção europeia, por exemplo, o multilateralismo, ou seja, a ideia segundo a qual todos os Estados do mundo, independentemente do sítio onde se encontram, podem conversar para encontrar soluções comuns a problemas comuns... Saúde, ambiente, trabalho, direito ao trabalho. E isto tudo, hoje, é mais complicado e está a ser, na verdade, descosido a uma velocidade estonteante.

Luís Santos: Mas quem descose quer coser alguma coisa nova? Ou, digamos, a ideia do descosido vai ficar cá? É este o estado das coisas agora?

Sandra Fernandes: É uma grande responsabilidade para a nossa geração, Luís. Ainda somos novos, para os nossos filhos, seguramente, mas é uma grande responsabilidade que nós temos, porque exige uma atitude. Estamos aqui, na Universidade do Minho, a gravar este podcast, aqui numa casa que cria bons jornalistas, boas pessoas da comunicação social, cientistas, que são, no meu ver, as duas áreas fundamentais para conseguirmos pensar o mundo de amanhã. E não baixarmos os braços face a quê? Face àquilo que é o título deste episódio, imperialismos, ou seja, a ideia segundo a qual seria preferível regressar a modos de liderança que fazem com que a força seja superior ao direito, e com que a vontade de alguns se sobreponha à vontade de muitos outros. Ou seja, também, um descortinar da democracia, por outras palavras. E, portanto, é possível ainda sermos atuantes nesse mundo que cria ansiedade, porque ficamos destabilizados, mas, de facto, requer aqui um trabalho, uma atenção redobrada, por parte, eu diria, em primeiro lugar, dos cientistas, dos jornalistas, porque são eles que nos ajudam a combater aquilo que é a desinformação, e essa desinformação, hoje, é central para aqueles que querem descoser o edificado que, na verdade, trouxe, segundo creio, uma valorização dos direitos humanos e do viver em comum, e de soluções comuns num planeta que é cada vez mais interdependente.

Portanto, essa ideia de nos fecharmos sobre nós próprios, de fechar fronteiras, de regressarmos a uma identidade nacional que exclui o outro, na verdade é impossível, no mundo em que vivemos. Somos demasiadamente interdependentes para que isso aconteça.

Luís Santos: Mas temos, se quisermos, do ponto de vista das grandes teorias das relações internacionais, tivemos o retorno, talvez, a discursos sobre um neorrealismo, o tal regresso ao poder. A minha pergunta é: nós vemos Estados a reorganizarem-se em pequenos núcleos, nós vemos velhas associações a quase tornarem-se vazias e vemos uma vontade de criar novas organizações. Estou a lembrar-me, por exemplo, da NATO e deste esforço recente, de alguns países europeus, para tentar encontrar algum entendimento que, de alguma forma, possa existir num pós-NATO. Estes movimentos, por um lado, de quebra de coisas que nós julgávamos que eram sólidas e de nascimento de outras, são típicos de fins de impérios. Mas será que nós ainda

vamos assistir ao ressurgimento, com força, de entidades novas que possam fazer esse tal lugar de reafirmação do multilateralismo? Eu partiria de uma constatação, que penso que vai ao encontro daquilo que acabou de dizer, que é o falhanço. Nós estamos perante um falhanço. Falhou a transição do pós-Guerra Fria, ou seja, 1989-1991, que deram lugar a um mundo em que supostamente vingou um modelo, que é um modelo liberal em todas as suas dimensões... Esse mundo é que falhou. Nós, agora, retrospectivamente, podemos ver ali momentos-chave. A forma como foi gerido o 11 de setembro de 2001, Israel-Palestina, claramente, e toda essa temática da diferença de desenvolvimento do Norte-Sul que voltou em cheio, sobretudo no século em que nós vivemos hoje. E num mundo em que todos os pontos do planeta veem como é que se vive nas outras partes do planeta, e que o capitalismo também é propagandístico, não é? Portanto, possuir e ser rico é a propaganda do capitalismo, a ideia de que o ser humano será feliz se possuir riqueza, isso tudo fez com que... o mundo acabou por criar frações e aquilo que eu considero ser, um bocadinho, o desenvolvimento de uma forma de poder dos menos poderosos. Os fracos hoje, no mundo em que vivemos, são poderosos. Quem são os fracos? Os oprimidos, os esquecidos, as populações vítimas de genocídio. E, portanto, faz com que o exercício do poder do Estado é cada vez mais difícil, ou seja, a relação direta entre uma política externa, ou uma decisão de um Estado, ou uma ajuda ao desenvolvimento, quer queiramos, ou uma guerra até, porque são todas formas de atuação na cena internacional... a utilização de qualquer instrumento desta natureza e o resultado obtido não existe, ou até é muito indireta. Antes pelo contrário. Se nós observamos, o recurso à força agrava cada vez mais os problemas em vez de os resolver. Veja-se Israel, veja-se a Rússia, agora contra o Irão, portanto, o recurso à força. E isso leva gerações mais antigas, diria eu, as gerações dos atuais grandes dirigentes, nomeadamente Trump, os anos 80, a percepcionar o mundo hoje com lentes completamente ultrapassadas. Ou seja, nós, por aí, não vamos conseguir ter qualquer tipo de solução que consiga fazer uma relação mais direta entre a utilização de um instrumento para resolver um problema e a solução a esse problema. Populações oprimidas, pobres, sem perspetivas de futuro, são populações que tendencialmente vão perpetuar violência de todas as formas possíveis. E quando chega um líder, seja em África, seja nos Estados Unidos, as dinâmicas, embora com realidades diferentes, mas a dinâmica em si pode ser feita por analogia... que diz: eu detenho a verdade e tenho uma solução, confiem em mim, e a solução é simplista... o ser humano tendencialmente, sabemos, basta olhar para o século XX, é permeável a essa forma de liderança. É isso que nós estávamos a observar. Eu diria que o regresso dos imperialismos tem que ser visto, obviamente, de forma cautelosa, não é? Portanto, não é imperialismo como houve durante a época romana, a época do Império Otomano, não é isso? É um neo-imperialismo no

sentido em que há uma espécie de regresso a uma verdade única do que é a identidade nacional e uma tentativa de alcançar a segurança à custa do vizinho.

Luís Santos: Quando falámos, já há pouco, na informação, falou-se na necessidade de haver uma maior confiança na ciência, na produção científica, na informação, mas o que também se percebe, em simultâneo, é que há uma estratégia, quase deliberada, de alguns agentes políticos para diminuir a relevância destas áreas, das áreas que produzem conhecimento, que disseminam informação de qualidade, que disseminam conhecimento. Como é que é possível equilibrar estas coisas? Como é que, se eu tenho Estados que, ativamente, promovem um tipo de discurso com pouco apego à verdade, podemos dizer assim, como é que, digamos, entidades dispersas e que não exercem poder direto, como as universidades ou como o jornalismo, como outras entidades da sociedade civil, conseguem contrariar isto? Como é que se faz?

Sandra Fernandes: Para mim, que tenho crianças ainda pequenas, é o grande desafio do mundo em que nós vivemos hoje e aqui, se calhar, acrescentava um terceiro pilar naquilo que hoje podemos fazer para que o mundo não nos aconteça, mas ainda tenhamos um projeto de mundo que não seja aquele que não queremos. E que é precisamente a educação para a cidadania e a educação para... Enfim, é muito cansativo. Hoje em dia, um cidadão tem que ser um perito em inteligência artificial, um perito em *fact-checking*, embora o trabalho dos jornalistas seja o trabalho dos cientistas, mas um cidadão como hoje, no limite, teria que perceber o que é que dizem os média, mas os média fidedignos, sobre o assunto, o que é que diz a ciência. É muito complicado e a vida, no dia a dia, não nos permite, a nós cidadãos comuns, estar sempre com esta atenção.

Mas, de facto, é uma educação para a desconfiança daquilo que nos chega pelas redes sociais. É, sobretudo, isso: uma capacidade de cruzar informação e de não tomar como verdadeiro algo que nos chega. Ainda por cima, sabemos que, tendencialmente, vivemos em bolhas agora, devido às redes sociais que temos, e que a informação que nos chega é, geralmente, já bastante inclinada para aquilo que são as nossas preferências. Portanto, temos aqui um viés de confirmação daquilo que são as nossas opiniões.

É complicado, mas, de facto, penso que o terceiro elemento é, de facto, a educação para a cidadania, que também inclui, obviamente, a tolerância, o respeito pelo outro e um contacto

com aquilo que é diferente para nós também desenvolvermos essa tolerância para aquilo que é diferente de nós.

Luís Santos: Falou-se em redes sociais e eu retomo a ideia dos novos imperialismos, porque será que, hoje em dia, aos esforços para desenvolver novos imperialismos de Estados, nós podemos, com propriedade, juntar os imperialismos que não são Estados, os imperialismos que resultam, por exemplo, do domínio de determinado tipo de plataformas sobre um determinado ambiente, e estou a falar do ambiente de comunicação, do ambiente informativo, as chamadas *Big Tech* não podem ser pensadas também como um império dos novos tempos?

Sandra Fernandes: Eu concordo completamente. O poder do setor privado, nomeadamente das *Big Tech*, é imenso, até por causa do valor financeiro que consegue gerar, portanto, em meios, superior ao PIB de Portugal, muitas vezes, multiplicado por N vezes, e de outros países do mundo, e também a questão de que a maior parte delas estão fora do espaço europeu, e fora do espaço europeu não há regulamentação. E a questão é: consegue-se regulamentar, ou seja, tem uma capacidade extrajudicial muito grande naquilo que são as suas atividades, ou seja, quando nós pensamos no modelo de sociedade, claramente as decisões que essas companhias tomam, essas empresas, megaempresas tomam, têm uma influência sobre a forma como nós somos, enfim, uma sociedade organizada e quais são os direitos que pensamos ser aqueles que devem ser protegidos, ou seja, aquele equilíbrio entre liberdade e segurança fica completamente virado ao avesso, digamos assim, fora de controlo por isso.

Eu recordo-me que, na minha memória, não sei se concorda, o momento em que ficou muito claro a grande capacidade de... ou seja, é como um Estado dentro de um Estado, praticamente, destas empresas... foi na campanha presidencial de Trump, a primeira, 2016. E quando veio o público todas as campanhas de *trolls* e aquela questão de vasculhar os e-mails dos democratas, da candidata Hillary; também o *targeting* das contas de redes sociais de eleitores... tudo isto fez com que, sem precisar de manipular boletins de voto, é uma manipulação muito mais inquietante, não é? Porque o próprio... cada um de nós, é levado a ter um comportamento sem sequer se aperceber que foi manipulado, ao fim e ao cabo. E, para mim, isso foi claramente um momento de grande consciencialização do papel dessas empresas e que depois... por essa altura, foi o Brexit, também há um grande escândalo à volta de se ter percebido que houve essa capacidade de manipulação. Claramente é um dos desafios que também nos deve preocupar neste momento.

Luís Santos: Em todo o caso, nessas situações referidas, o caso da primeira vitória do Trump e também o do Brexit, que são, se calhar, emblemáticos... e já aconteceram exemplos, digamos, menores no contexto europeu, por exemplo, e há também o caso do Brasil, não é? Mas a minha questão seguinte vai ser esta. Nesses casos, as redes são só o veículo, são só o território. Poderemos estar, com a inteligência artificial - e agora trago aqui mais um dado novo - num território em que as *Big Tech* têm agência, ou seja, são mais do que o lugar onde coisas erradas acontecem, elas próprias têm agência e podem determinar coisas?

Sandra Fernandes: Eu penso que foi muito claro, como, por exemplo, aqui ainda no cruzamento entre a inteligência artificial e as redes, o papel que Elon Musk teve nesta segunda campanha de Trump, tendo aliás um lugar ministerial, até se desavençar, mas, enfim, fez o que tinha a fazer, que era fechar uma das grandes agências, um dos grandes ministérios, digamos assim, que era a ajuda ao desenvolvimento, fechou em julho do ano passado. Aqui nós percebemos claramente, enfim, a convivência entre o capital, o exercício do poder, que sempre existiu, não são coisas novas, e aliás, os Estados Unidos, por exemplo, são um país em que o *lobbying*, por exemplo, tem que ser muito transparente. Só que nós, agora, chegámos a um momento em que eu penso que há muito menos clareza, as linhas de fronteira são muito menos claras. Starlink, portanto, a capacidade de operar sinal internet, enfim, um sinal forte e sem interrupção, foi muito importante na Ucrânia, sobretudo, ainda continua a ser, mas foi fundamental na resistência ucraniana. Uma ameaça de Elon Musk para que a Starlink deixe de ser utilizada nesse contexto foi o suficiente para ter ali um peso, naquele momento, foi por volta de 23 [2023], naquele momento da guerra. Portanto, nós temos aqui, de facto, questões de políticas públicas, é isso que estamos a falar, que cada vez mais escapam à lógica pública e estão nas mãos dos privados. E isso é preocupante.

Luís Santos: De poucos privados.

Sandra Fernandes: De poucos privados, muito poderosos e não diria ricos, porque eu acho que a escala da riqueza é tão grande que um cidadão comum tem dificuldade em perceber o tamanho da riqueza.

Luís Santos: E por falar em cidadão comum... e o cidadão comum que já tem uma relação distante com a tecnologia, não é? A maioria, diria... quase todos os portugueses têm um telefone móvel, mas ninguém sabe realmente, eu te falo por mim, como é que aquilo de facto funciona. Nós temos uma relação, nós usamos a tecnologia, mas temos uma relação distante com como é que ela funciona. Mas para a maioria dos cidadãos, estas movimentações, por exemplo, de grandes empresas de inteligência artificial estarem a aceder a dados dos ministérios da defesa, dos ministérios da saúde, de vários países, incluindo países europeus... Existe a perceção de risco? Ou seja, nós todos temos alguma perceção próxima da verdade sobre o risco que se corre?

Sandra Fernandes: Está a falar de cidadão comum, não está?

Luís Santos: Exato.

Sandra Fernandes: Porque a nível institucional, até pela Universidade do Minho, por exemplo, há uma consciência, há um trabalho que é feito, até para acolher as recomendações que temos que acolher, mas também no sentido de tentar criar barreiras, não é? E alguma proteção.

Eu acho que aqui os países europeus têm também sensibilidades diferentes em função do sítio onde se colocam. Eu, que tenho visitado muitos estados bálticos, por exemplo, na primeira linha de fronteira com a Rússia, já há muitos anos, claramente a consciência de uma higiene na internet e nas redes sociais... é muito consciente. Sei lá, aquela coisa simples de termos dupla entrada no Gmail, por exemplo, uma coisa que eu nunca tinha ouvido falar, e só nesses países é que ouvi falar. Eu acho que não, não temos propriamente... E mesmo tendo noção, quer dizer, é cómodo, os *smartphones* são cómodos, são um elemento... No telefone temos tudo. Hoje em dia temos a câmara fotográfica, as fotografias, as redes sociais, o e-mail, as pesquisas na net, as aplicações, até para as atividades civis, não é? Cívicas, peço desculpa. Portanto, acho que é difícil, hoje... É um comodismo muito grande, não é? E, portanto, acho que só muito pontualmente é que nos vamos apercebendo de quão expostos estamos. Eu posso até partilhar aqui algo. Como sabe, a minha especialidade é a Rússia, não é? Portanto... E tenho alguma exposição pública sobre o tema. E posso lhe dizer que desde essa maior exposição pública sobre o tema acontecem coisas muito esquisitas no meu telemóvel. E não é paranoia, nem nada.

Portanto, eu, pessoalmente, tenho a mesma consciência de que é possível aceder ao telemóvel para certos fins de fora.

Luís Santos: Pois... Não vamos falar do acesso aos telemóveis porque isso era uma outra história, que envolveria países até de fora do contexto europeu ou norte-americano e que têm tecnologias extraordinárias para fazer esse tipo de coisas.

Sandra Fernandes: Sim, a China para não falar dela, não é?

Luís Santos: Exato, por exemplo. Mas voltando aqui às questões de... ou melhor, pensando que temos Estados fragilizados por inúmeras circunstâncias, muitas delas ligadas a economias também elas fragilizadas. E, por outro lado, temos estes fenómenos de aumento do poder de determinado tipo de agentes não eleitos, de existência de um espaço de comunicação muito pouco regulado. Como é que nós podemos de alguma forma, efetiva, interferir nisto? Que tudo isto parece maior do que cada um de nós, e é certamente, mas como é que nós interferimos com isto? Como é que, à nossa escala, se interfere com isto?

Sandra Fernandes: Eu, se calhar para conseguir responder de uma forma um bocadinho mais prática, digamos assim, não tão abstrata, se calhar traria isso, então, à nossa escala, à nossa realidade, Luís, que é Portugal. Nós estamos em Portugal. Portugal é um país pequeno que se pensa como um país médio, e que tem razão de se pensar como um país médio porque, em termos da sua capacidade de atuação na política internacional, tem uma capacidade muito acima daquilo que é o seu tamanho real, da população, de PIB, enfim, de outras dimensões em que se pode avaliar o poder material também, mas tem um poder de facto muito superior a isto. Tem a ver com a sua história, com o seu engajamento na esfera internacional, também com a sua história democrática, desde a Revolução de Abril. Portanto, o que é que nós podemos fazer? Não desistir de procurar pessoas, quando digo pessoas é sociedades organizadas, mas não só. Também, eu vejo o papel da universidade como fundamental também nessas questões. As relações que nós temos transnacionalmente, que não precisam passar pelo Estado, apesar do Estado ter obviamente aqui uma tutela, são muito importantes porque nós, com isso, criamos plataformas de diálogo, de conhecimento, que nos permitem ter uma voz, atuar, precisamente,

para sairmos daquela ideia que estamos sozinhos e, até porventura, isolados. Portanto, é não desistir da aposta no diálogo e na cooperação a qualquer nível que seja, porque eu penso que, enfim, usando uma expressão extremamente comum, a falar é que a gente se entende, não é? E se nós deixamos de dialogar com o outro, inclusive o outro com quem não concordamos, de facto só pode piorar, não é? Só nos podemos fechar em mundos que não conseguem dialogar uns com os outros, o que não faz sentido, não é? Num país em que somos todos humanos e partilhamos um planeta, e a evidência científica está aí para mostrar que é uma responsabilidade comum, porque há aqui um perigo, não é? Para as nossas formas de vida tal como as conhecemos hoje.

Luís Santos: Fracionar o poder. Organização, digamos, de base. É essa a resposta, ou seja, as pessoas nos seus grupos, nas suas áreas de conhecimento, entenderem-se à margem dos entendimentos que pode haver nos Estados e dos entendimentos que pode haver nas organizações transnacionais. Pode ser por aí parte do caminho?

Sandra Fernandes: Eu... Não é bem por aí. Claro, isso tem que acontecer, porque tem que haver construção de conhecimento e de posicionamento, mas é no sentido de, antes pelo contrário, abrir, não é? Tentar sempre ter as portas abertas e nunca fechadas e não desistir de, obviamente, que os nossos governantes tenham essa atitude de maior abertura em vez de fechamento, mas também a responsabilidade da sociedade em fazê-lo com os vizinhos do lado, dentro do país, fora do país.

Luís Santos: Muito bem, chegamos ao fim deste Estados do Tempo, número 10. Sandra Fernandes, muito obrigado.

Sandra Fernandes: Muito obrigada.

[música]

Luís Pinto: Foi o Estados do Tempo de Junho de 2026, capítulo 10, que contou com a gravação, edição e pós-produção de Pedro Gaspar, a moderação esteve a cargo de Luís Santos e a convidada foi, desta vez, Sandra Fernandes. A curadoria é de Tiago Estevão, a produção é de Inês Mendes e a apresentação de Luís Pinto. Obrigado por estar connosco e até ao próximo episódio do Estados do Tempo.

[música de encerramento]